

*Artigos Originais*

## **AVALIAÇÃO: INDICADOR DE DESEMPENHO DO ALUNO OU DA ESCOLA?**

*Original Articles*

## **RATING: A STUDENT ACHIEVEMENT INDICATOR OR SCHOOL ACHIEVEMENT INDICATOR?**

Manoel Ambrósio de Souza\*

<http://lattes.cnpq.br/0008954141245689>

Helen Barbosa Raiz Engler\*\*

<http://lattes.cnpq.br/6112552238222632>



**CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ.**, Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)    

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar as concepções da avaliação entre alunos e as instituições de ensino, buscando perceber a avaliação como atividade constante e integradora do processo de aprendizagem. Iremos analisar a avaliação inicialmente como indicador de desempenho do aluno, principalmente os matriculados no ensino fundamental e médio das Escolas Estaduais e no segundo momento os indicadores de desempenho da escola, através da Lei Federal N.º 5.692/1971 e da LDB 9.394/1996, momento em que analisaremos a introdução e permanência do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP. Nas Considerações finais, destacamos que a avaliação deve ser um processo de ensino-aprendizagem na qual a escola tenha compromisso no desenvolvimento intelectual do aluno, para que estes estejam capacitados para melhorar a qualidade da escola.

**Palavras-chave:** educação. políticas educacionais. avaliação.

**ABSTRACT:** The goal of this article is to analyze the conceptions of evaluation between students and educational institutions, trying to perceive the evaluation as a constant and integrational activity in learning process. We will examine the evaluation at first place as a student performance indicator especially those who are entered in the primary and secondary colleges of the State and, at a second moment, the schools performance indicators through the Federal Law 5.692/1971 and LDB 9.394/1996 the moment which we will analyse the introduction and the perseverance of the System Evaluation of Educational Achievement of the State of Sao Paulo - SARESP. In the final considerations, we detached that the evaluation must be a teaching-learning process in which the

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e membro do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da Unesp – Campus de Franca; Avenida Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Jardim Doutor Antônio Petrágliã - 14409-160 - Franca/SP; (16)3711-9553 e Home Page: [www.franca.unesp.br](http://www.franca.unesp.br), e-mail: [ambrosio\\_tributos@franca.sp.gov.br](mailto:ambrosio_tributos@franca.sp.gov.br).

\*\* Docente do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Pesquisadora Líder e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa "Mentalidade e Trabalho: do local ao global" da Unesp – Campus de Franca; Avenida Eufrásia Monteiro Petrágliã, 900 - Jardim Doutor Antônio Petrágliã - 14409-160 - Franca/SP; (16)3706-8701 e e-mail: [helenengler@hotmail.com](mailto:helenengler@hotmail.com).

school must have the pledge in student intelectual development so that these be able to improve the school quality.

**Keywords:** education. educational policies. evaluation.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Na década de 1970 a visão do Estado em relação às políticas públicas de educação no tocante ao tema da avaliação, entendia que a avaliação do rendimento escolar cabia em verificar o aprendizado do aluno, sendo que nas décadas de 1.980 e 1.990 é que surge a perspectiva sistêmica em relação á avaliação, de que não apenas o aluno deve ser avaliado, mas a escola como um todo. Esta mudança no enfoque da avaliação tem a ver com a ideologia que o Estado defendia na época da ditadura militar (1964-1985), e as concepções de educação inspiradas após a constituição de 1988, na qual todos têm sua participação na Educação dos alunos.

## **AVALIAÇÃO COMO INDICADORES DE DESEMPENHO DO ALUNO**

Intramuros escolares a avaliação faz parte do processo ensino-aprendizagem, e cabe ao professor responsável pela disciplina, (principalmente os lotados no ensino fundamental e médio) preparar as avaliações, aplicar as provas, corrigir todas, mensurar e aplicar as notas e devolver as provas aos alunos com as devidas anotações e retomar os conteúdos se for o caso. Raramente encontramos um professor que não se preocupe com a avaliação. Pois a avaliação é tarefa importante e comparável à complexidade e dificuldade que lhe são inerentes.

Mas para a definição básica sobre avaliação, descrevemos duas conceituações, segundo o artigo sobre avaliação Palma Filho cita os atores de destaque:

Optamos por duas conceituações, uma mais abrangente (KEMMIS, 1986) e outra mais específica, com foco no processo ensino e aprendizagem (CARDINET, 1986 p.13). Para o primeiro, avaliação é o processo de projetar, obter, conferir e organizar informações e argumentos, que permitam as pessoas e grupos interessados, participar no debate crítico sobre um programa específico. (PALMA FILHO, 2007, P. 68).

Afunilando um pouco mais o nosso espectro de análise, chegamos a definição formulada por Cardinet (1986, p. 13), para quem, a avaliação é um processo de observação e de interpretação dos efeitos do ensino, que visa orientar as decisões necessárias ao bom funcionamento da escola. (PALMA FILHO, 2007, P. 69).

Avaliar é emitir um juízo de valor sobre algo ou alguém de acordo com um padrão de qualidade, estabelecido anteriormente, essa avaliação se faz através da comparação entre os resultados esperados e os encontrados. Trata-se de uma necessidade fundamentada no valor dado ao processo de avaliação para o alcance de uma prática educativa competente, ou seja, que atenda a determinados objetivos, conforme explicitado por Santos & Varela:

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo. (SANTOS & VARELA, 2007, p.5).

Ratificando esse conceito, Luckesi afirma que:

Avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. (LUCKESI, 2002, p.33).

Quanto a objetivos, conteúdos, procedimentos, mas decidir o que e como avaliar exige muitas habilidades, além de dominar os conteúdos e as ferramentas avaliativas, a compreensão da totalidade que representam os alunos, a escola, o professor e os funcionários e a família destes alunos.

## **TIPOS DE AVALIAÇÃO**

Quanto aos tipos de avaliação, entre os muitos autores, alguns como Haydt (2000), Luckesi (2002), Sant'Anna (1988) Perrenoud (1999), que se dedicam a estudar a avaliação, classificam-na em três modalidades: a somativa (de classificação), a formativa (de controle) e a diagnóstica (de diagnóstico). Como estamos tratando da avaliação feita pelo professor, é fundamental que este domine os tipos de avaliação para tirar melhor proveito da avaliação em cada situação específica.

## **A AVALIAÇÃO SOMATIVA OU CLASSIFICATÓRIA,**

Avaliação somativa, é um Processo de avaliação final, após a aplicação de um programa instrucional, com o intuito de classificá-la, de acordo com HAYDT (2000), tem como objetivo principal “classificar, ao final de um período, seja semestral, bimestral ou anual, o aluno avaliado determinando a avaliação ou a reavaliação”, ou seja, está vinculada ao conceito de medida.

A avaliação somativa é a avaliação tradicional, onde através de um processo de descrição e julgamento o professor classifica os alunos ao final de uma unidade, semestre ou curso.

## **A AVALIAÇÃO FORMATIVA**

Avaliação formativa, é um Processo de avaliação realizado durante um processo educativo visando aperfeiçoá-lo. Tem como propósito ajudar o aluno a aprender para poder atingir os objetivos propostos, e se realiza através de diagnósticos que apontem os conhecimentos prévios do aprendiz sobre o conteúdo a ser ministrado, aquilo que efetivamente aprendeu no decorrer das aulas e as dificuldades que ainda persistem.

Ao professor, a avaliação formativa direciona o trabalho, tendo em vista o processo ensino-aprendizagem, possibilitando, assim, uma contínua reformulação até que sejam alcançados os objetivos pré-estabelecidos. De acordo com SANT'ANNA (1988), “a avaliação formativa informa o professor e o aluno sobre os resultados obtidos durante o desenvolvimento das atividades”.

## **A AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA**

A avaliação diagnóstica consiste na sondagem do conhecimento já adquirido pelo aluno, oferecendo informações sobre o que aprendeu e sobre a forma como se deu o aprendizado. Por meio da verificação do nível do aprendizado adquirido, torna-se possível traçar os próximos passos para solucionar as deficiências detectadas.

Através dos resultados encontrados nesse tipo de avaliação, professores e alunos podem rever os planos de ação, buscando a justa medida pedagógica para

cada defasagem. Para que a avaliação diagnóstica favoreça a aprendizagem, deverá ocorrer no início de cada etapa, na introdução de novo conteúdo, ciclo, etc.,

## **AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

Em relação à concepção de Avaliação: temos dois tipos de avaliação: interna e externa. No que diz respeito à avaliação interna, é a realizada no interior da escola durante o ano letivo, e através da avaliação dos conteúdos, o professor avalia seus alunos. A avaliação externa vem pronta e de fora da escola, onde o avaliador realiza uma avaliação em toda a rede de ensino, mensurado através do rendimento dos alunos em avaliação aplicadas por exemplo em toda rede pública estadual.

## **PARA QUE AVALIAR, O QUE AVALIAR E COMO AVALIAR**

Para realizar uma avaliação do rendimento escolar, que mostre o compromisso da escola com o desenvolvimento intelectual do aluno, estas três questões devem nortear o trabalho docente: Para que avaliar, o que avaliar e como avaliar.

Para que avaliar?

Ao professor é primordial perceber o desenvolvimento intelectual de seus alunos, sendo que esta percepção deve ser realizada pela avaliação para verificação do aprendizado, cabendo aqui várias questões: avaliar para identificar necessidades e prioridades, para perceber se o aluno está seguindo o percurso metodológico, numa autoavaliação verificar o enfoque na transmissão de conteúdos, para aceleração de estudos de alunos com atraso escolar; para analisar estudos de recuperação. Para identificar quais as dificuldades e os sucessos dos alunos.

O que avaliar?

Ao professor é necessário perceber o que é avaliar, pois devido a suas complexidades, a avaliação deve estar focada no ensino desenvolvido em sala de aula; Devem-se avaliar também as experiências dos alunos fora da sala de aula; Analisar o comportamento e os resultados do aluno em avaliações padronizadas nacionalmente,

Aos professores também é colocado o dilema “conhecimento versus competência”, e neste quesito a escola deve conduzir o aluno a adquirir conhecimento e a desenvolver competências, levantando uma questão pontual do ensino e relacionada a como avaliar o conhecimento e a competência. O professor deve ter claro que o desenvolvimento de competências ocorre somente com a aquisição de conteúdos, já a aquisição de conteúdos não garante o desenvolvimento de competências.

Como avaliar?

Avaliar não é apenas medir o conhecimento é diagnosticar o que o aluno está fazendo com os conteúdos recebidos, neste sentido avaliar envolve o levantamento de informações sobre a aprendizagem dos alunos que devem ser analisadas considerando os critérios e objetivos do plano de ensino. A avaliação faz parte do processo de aprendizagem, portanto é necessário ter uma devolutiva da avaliação para o aluno, pois assim o aluno aprende com a avaliação.

## **AValiação como indicadores de desempenho da escola**

A parte teórica da avaliação é a mesma para a avaliação da escola e dos alunos, diferente é a forma como é planejada e aplicada, diferente é a política educacional usada, a legislação vigente, e diferente são os indicadores que buscam um tipo e outro.

## **CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA LEI FEDERAL 5.692/1971 E LDB 9.394/1996.**

Inicialmente cabe analisar a Lei Federal N.º 5.692, sancionada em 11 de agosto de 1971, em plena ditadura militar, e esta lei fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e no artigo 14, legisla sobre a avaliação.

Art. 14 A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da avaliação final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter a avaliação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

§ 3º Ter-se-á como avaliação quanto à assiduidade:

- a) o aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) o aluno de frequência inferior a 75% que tenha obtido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;
- c) o aluno que não se encontre na hipótese da alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

§ 4º Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento. (LEI FEDERAL N.º 5.692/1971).

Num período de 25 anos e após tantas mudanças significativas no Brasil, a nova Lei de Diretrizes e bases da educação, pouco acrescenta em termos de alterações no artigo sobre a avaliação, a LDB de 1996, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 24, trata sobre a avaliação:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais avaliações finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (LDB 9.394/1996).

A principal inovação no campo da avaliação fica por conta do artigo 9.º, Parágrafo VI que instituiu a avaliação nacional da educação básica a ser realizada pelo MEC em colaboração com os sistemas de ensino, através do SAEB, vejamos o artigo da LDB 9.394/96:

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino; (LDB 9.394/1996).

Desta forma percebemos que a Lei Federal N.º 5.692/71, preocupava-se apenas com a avaliação do rendimento escolar do aluno, sendo que nas décadas de

1.980 e 1.990 que vão surgindo à perspectiva sistêmica em relação à avaliação, de que não apenas o aluno deve ser avaliado, mas a escola como um todo.

A constituição de 1.988 consagrou o regime de colaboração entre estados e municípios na oferta de ensino fundamental e médio e proporcionou a autonomia desses níveis na formulação de suas próprias políticas educacionais, através da descentralização. A questão da descentralização versus centralização da educação nas políticas educacionais brasileiras vem de um período de longa duração iniciado em 1.834 até os dias atuais, na qual os períodos centralizadores e descentralizadores não são relações de continuidade e sim de ruptura, sendo muito apropriada à colocação de David, sobre a descentralização:

A descentralização administrativa na Constituição de 1988, na mesma proporção das constituições que a precederam, consubstancia-se na transferência de poder decisório aos estados, municípios ou órgãos locais que, como recorrente, dado mesmo o próprio processo de retomada democrática, alinha-se à conjugação da participação popular que tem na chamada democracia representativa seu novo modelo de gestão. No entanto, a articulação entre descentralização e democracia, só pode ser entendida na plataforma da tradição do fazer política no Brasil, totalmente atrelado às concepções de poder, como reflexo do autoritarismo que delineou o perfil da sociedade brasileira desde os primórdios da colonização. (DAVID, 2009, P. 119).

Conforme citamos anteriormente o artigo 9.º, Parágrafo VI da LDB 9.394/96, instituiu o sistema de avaliação nacional. Com relação à educação básica o sistema de avaliação é anterior à própria LDB, pois a primeira avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB ocorre em 1990, mas sua importância e disseminação ocorrem após a LDB de 1996, e para isso analisaremos o SARESP.

## **SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR DO ESTADO DE SÃO PAULO –SARESP**

Para falar sobre o SARESP, é necessário fazer uma introdução dos motivos para o Estado de São Paulo decidir por sua introdução e importância no período histórico em que surgiu, particularmente pelas mudanças econômicas introduzidas no Brasil, e que irão afetar toda a economia nacional e também a área da Educação.

No Brasil o Modelo econômico neoliberal e globalizante adentram ao país a partir de 1990, com a ascensão ao poder do Presidente Fernando Collor de Mello,



ocasião onde se intensificam seus efeitos, pois a modernização do país traz consigo a descentralização, a privatização e a focalização nas políticas educacionais.

A condução da política neoliberal provoca o impacto da economia mundial na educação, vinculada à necessidade dos governos de obter dados sobre o desempenho das escolas que, na perspectiva da globalização, devem estar ligadas às necessidades econômicas, sendo que a implantação dos sistemas de avaliação uma das conseqüências desta política globalizante.

Analisando a política educacional do Estado de São Paulo, este inicia seu sistema de avaliação, intitulado “Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP”, sendo a primeira avaliação do SARESP no ano de 1996 e as avaliações são anuais. De acordo com a Secretaria de Educação do governo de São Paulo, o objetivo principal do SARESP é obter indicadores educacionais que permitam subsidiar a elaboração de propostas de intervenção técnico-pedagógica em toda a rede estadual de ensino, priorizando atingir uma melhora da sua qualidade e corrigir as eventuais distorções detectadas, segundo seus próprios documentos, o SARESP se descreve como:

a) objetivos gerais:

- O estabelecimento de uma cultura avaliativa no Estado de São Paulo.
- Desenvolver um sistema de avaliação de desempenho dos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio do Estado de São Paulo, que subsidie a Secretaria da Educação na tomada de decisão quanto à Política Educacional do Estado.
- O estabelecimento de competência institucional na área da avaliação;
- A retirada do caráter punitivo das avaliações, pois este concebe a avaliação enquanto meio para identificar os pontos curriculares críticos;
- Verificar o desempenho dos alunos nas séries dos ensinos Fundamental e Médio, nos diferentes componentes curriculares, de modo a fornecer ao sistema de ensino e às equipes técnico-pedagógicas, das Delegacias de Ensino e das escolas informações que subsidiem: a) a capacitação dos docentes; b) a orientação da proposta pedagógica desses níveis de ensino, de modo a aprimorá-la; c) realizar a articulação dos resultados da avaliação com o planejamento escolar, a capacitação e o estabelecimento de metas para o projeto de cada Escola, em especial a correção do fluxo escolar. (SARESP, 2004).

E aqui são explanados quais são os componentes curriculares que são avaliados pelo SARESP, Língua Portuguesa e Matemática:

b) objetivos específicos:

- Fornecer dados que possibilitem a consolidação ou o redimensionamento das decisões da Escola e o aprofundamento da reflexão em termos de suas metas e ações, no ano e ao longo dos anos.
- Identificar, atualmente nos componentes curriculares de Língua

Portuguesa, Matemática, aspectos curriculares críticos que demandem intervenção imediata e prioritária de professores, escolas, Delegacias de Ensino e de todo o sistema educacional.

- Obter informações sobre fatores intervenientes relativos ao Desempenho escolar, estabelecendo relações entre eles - por exemplo, entre as características da Escola e os interesses dos alunos. (SARESP, 2004).

O sistema de avaliação usado pelo SARESP conjuga a avaliação somativa, colhida pelos resultados de todo o sistema no final do ciclo, com a avaliação formativa, desenvolvida nas escolas e delegacias de ensino, assim o SARESP trabalha com dois instrumentos de avaliação:

O primeiro é uma avaliação, contendo 30 questões objetivas e um tema para redação, do tipo narrativo-descritivo para o Ensino Fundamental, e dissertativo-argumentativo para o Ensino Médio; essa avaliação é elaborada em mais de uma versão, visto que as classes a serem avaliadas são oferecidas na Rede Estadual de Ensino nos três períodos (manhã, tarde e noite), de forma que se utilizem questões diferentes, porém equivalentes para a mesma série, em turnos diversos.

O segundo, um questionário destinado aos discentes, tem como objetivo traçar o perfil dos alunos da rede e detectar possíveis entraves ao seu desempenho escolar, avaliando seu contexto socioeconômico e cultural, sua vida escolar, sua visão sobre o trabalho pedagógico dos docentes, sobre a gestão escolar e a participação nos projetos da Secretaria de Educação.

O processo de aplicação da avaliação tem a seguinte dinâmica: toda a avaliação do SARESP no Estado de São Paulo é feita no mesmo dia, sob a fiscalização de um elemento neutro, um fiscal de aplicação da avaliação e ocorre uma troca entre os professores da rede escolar, para que o professor aplicador da avaliação não seja daquela escola que ele leciona, também participa da avaliação o diretor da unidade escolar, que permanece na escola, pois responde por ela. Os alunos continuam alocados nos respectivos lugares, mesma classe e mesmo horário.

Ao final do processo avaliativo (no ano seguinte ao da aplicação da avaliação) é emitido pela Secretaria da Educação um boletim intitulado “Boletim da escola”, que permite a escola analisar e comparar seu desempenho, pois o boletim situa a escola em relação a toda a rede estadual, em relação aos municípios da região da Diretoria de Ensino, e em relação às escolas do Município.

A partir de 2005 foram criados dois novos instrumentos de avaliação para a educação básica: IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), pelo governo federal e o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), pelo governo estadual, além da Prova Brasil que avalia o nível de alfabetização de crianças em idade de 7 e 8 anos.

Observa-se, portanto, que há um grande número de instrumentos de avaliação externa das escolas. Em relação ao SAEB, tanto o IDEB quanto o IDESP caracterizam-se por medir não apenas o desempenho em Português e Matemática, mas combinam esses indicadores com índices de produtividade das escolas, ou seja, leva em consideração o percentual de repetência.

Com relação à junção do SAEB, do SARESP e da Prova Brasil; Palma Filho nos coloca sua importância, através do projeto Teia do Saber.

Com base em informações colhidas pelas avaliações feitas pelo SARESP e pelo SAEB, seleciona alguns temas que deverão compor as ações desenvolvidas na TEIA DO SABER, entre outros: alfabetização e letramento; alfabetização científica e matemática; a arte como conhecimento humano sensível-cognitivo (considero este um ponto forte da programação proposta, pois resgata o papel que arte pode desempenhar no campo da cognição); inclusão escolar – progressão continuada, correção de fluxo, avaliação por competências, flexibilização da trajetória escolar; desenvolvimento curricular: o ensino centrado em conhecimentos contextualizados e ancorados na ação; escola democrática e plural – a marca do acolhimento; currículo e cidadania, etc. (PALMA FILHO, 2010, p. 165).

Desta forma a escola passa a ser um produtor de indicadores, mas ela necessita ser muito mais que isso, pois a escola deve ser o local da produção de valores e conhecimentos do saber e não da dor, Não poderia deixar de citar Rebol, falando sobre diferentes tipos de instrução, resvala nas avaliações:

A prova iniciática se distingue, pois das provas que balizam a aprendizagem; estas têm por fim testar pela dificuldade, a habilidade adquirida; aquela é um sofrimento que exprime o sacrifício de si mesmo, condição da integração; quando um aprendiz, um aluno, um conscrito sofre trotes, passa, ao cabo por prova iniciática. Cabe indagar: não estará aí, também, a motivação profunda que explica a dureza inumana de nossos exames, esses ritos de passagem da sociedade moderna? (REBOUL, 1980 p.18).

Variam os entendimentos do que seja a avaliação, pois esta valorização pertence à ideologia do autor, assim vamos encontrar diversos significados atribuídos á avaliação, em comum à avaliação da escola obedece à lógica do capital, e neste campo, as escolas mal avaliadas ficam para segundo plano, mas a

Secretaria da Educação promete apoio para melhorar a qualidade da aprendizagem dos seus alunos e da gestão escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A avaliação deve ser um processo de ensino-aprendizagem na qual a escola tenha compromisso do desenvolvimento intelectual do aluno, ocorre que nestes sistemas avaliativos a escola está sempre envolvida em atividades concorrenciais com suas parceiras e causa prejuízo à educação e ao aluno.

Todas as formas de avaliação, tanto a somativa, como a formativa, e a avaliação diagnóstica envolvem a classificação e determinação de valor, e tanto a formativa como a diagnóstica podem contribuir para a somativa, determinar o uso de uma ou outra é função do professor na busca de seus objetivos.

E sabido que a avaliação sempre tem uma referencia a valores, julgamento, medidas, mas por trás de cada avaliação, tem várias mentes que brilham e estão ávidas por conhecimentos.

O Governo de São Paulo, através de sua Secretaria da Educação firma uma intenção de consolidar intervenções e tomar decisões a partir dos dados coletados pelas avaliações, e utilizar destas avaliações para definir políticas que contribuam para amenizar os problemas encontrados e elevar a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Entretanto, a simples expressão escrita dessas intenções não constitui uma garantia de que será este o uso dado às avaliações.

Na avaliação do desempenho dos alunos, estas avaliações não são punitivas, e as informações serão indicadores de desempenho da escola, mas para isso é necessário uma maior intervenção nestas unidades escolares, caso seu desempenho não seja o esperado

Os resultados da avaliação deveriam ser o ponto de partida para a tomada de decisões sobre o que deve ser alterado ou aperfeiçoado, um diagnóstico que analise a realidade e ofereça subsídios para a superação dos problemas. Só que é usado na lógica capitalista, assim que a imprensa divulga os resultados das melhores e das piores escolas classificadas pelo SARESP, as melhores escolas fazem a divulgação dos resultados com muita pompa, em muitos casos oferecem viagens e presentes aos alunos, situação inversa ocorre com as escolas mal classificadas, que ocorrem

em alguns casos, de alunos que mudam de escola buscando uma melhor colocada na classificação do SARESP.

A avaliação tem que ser indicador de desempenho do aluno e da escola, mas as colocações da avaliação do SARESP colocam a avaliação como indicador do desempenho da escola, com conseqüências para os alunos.

De todo esse processo avaliativo, fica a questão do aprendizado escolar, que nessa formula adotada pelo Governo de São Paulo, fica refém de uma avaliação, sendo que muitas unidades escolares trabalham seus conteúdos em função desta avaliação.

## REFERENCIAS

DAVID, Célia Maria. Reflexos do dilema centralização versus descentralização nas políticas educacionais. Extraído de **Currículo de História - mudanças e persistências: a proposta curricular do Estado de São Paulo**, Franca, UNESP, 2010.

HAYDT, Regina Cazaux. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo. Em: **Avaliação da aprendizagem escolar**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MALDONADO, Rosângela Garcia. **Saresp e diversidade textual: perspectivas na formação do leitor**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

PALMA FILHO, João Cardoso. Projeto Curricular e Avaliação. In: **Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação: Gestão Curricular e Avaliação**, São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2007

\_\_\_\_\_. **A Política Educacional Do Estado De São Paulo (1983-2008)**. São Paulo: Educação & Linguagem, v. 13. n. 21, p.153-174, jan-jun. 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas** (Introdução). Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 1999.

REBOUL, Olivier. **Filosofia da Educação**; Tradução e notas de Luis Damasco Penna e J. B. Damasco Penna, 3. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1980.

SANT'ANNA, Flávia Maria de. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. 11. ed. Porto Alegre, Sagra, 1988.

SANTOS, M.R; VARELA, S. A avaliação como um instrumento diagnóstico da construção do conhecimento nas séries iniciais do ensino fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. a. I, p.2, ago. - dez. 2007.

SARESP 2004 – SSP/SP. **Parâmetros para a Avaliação Educacional**. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br> – link SARESP 2004.